



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES-CAMPUS III  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANTONIO JUSTINO DA SILVA**

**HISTÓRIAS DE REPRESSÃO  
Um olhar sobre a Ditadura Militar da Paraíba (1964-1985)**

**GUARABIRA – PB  
2015**

**ANTONIO JUSTINO DA SILVA**

**HISTÓRIAS DE REPRESSÃO Um olhar sobre a Ditadura Militar da Paraíba (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Ms. Azemar dos Santos Soares Júnior

GUARABIRA – PB  
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586h Silva, Antônio Justino da  
Histórias de repressão [manuscrito] : um olhar sobre a ditadura militar na Paraíba (1964-1985) / Antonio Justino da Silva. - 2015.  
24 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.  
"Orientação: Azemar dos Santos Soares Júnior, Departamento de História".

1. Ditadura Militar. 2. Política. 3. Paraíba. I. Título.  
21. ed. CDD 981.33

**ANTÔNIO JUSTINO DA SILVA**

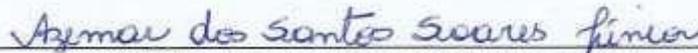
**HISTÓRIAS DE REPRESSÃO**  
**Um olhar sobre a Ditadura Militar da Paraíba (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

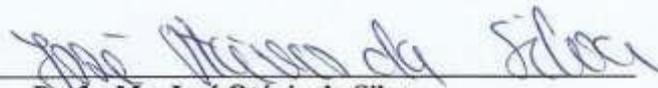
Orientador: Prof. Ms. Azemar dos Santos Soares Júnior

Aprovada em 19 de junho de 2015

**BANCA EXAMINADORA**



**Prof. Ms. Azemar dos Santos Soares Júnior**  
Universidade Estadual da Paraíba  
Orientador



**Profa. Ms. José Otávio da Silva**  
Universidade Estadual da Paraíba  
Examinadora



**Profa. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira**  
Universidade Estadual da Paraíba  
Examinador

**GUARABIRA**  
**2015**

## AGRADECIMENTOS

---

Agradeço primeiramente a Deus, a quem dedico todas as vitórias alcançadas. Agradeço saudosamente a memória de minha querida mãe, a Sr.<sup>a</sup> Irene Crispim da Silva, professora de ensino fundamental de quem herdei o imenso prazer pela licenciatura e pelo conhecimento da História. Agradeço a todos os meus colegas de Curso que durante os anos de convivência criaram laços afetivos que nos tornaram uma irmandade, especialmente ao colega José Carlos Fidelis como meu maior incentivador e ao amigo Allan Jones como um companheiro indispensável na caminhada do conhecimento. Especialmente agradeço a minha irmã Lusirene, a minha filha Maristela e a minha namorada Amanda, pelo carinho incondicional dedicado todos os dias, o qual nos fortalece para as batalhas diárias.

A querida professora Mônica, ao professor Otávio que sempre conquistaram nossa admiração pelo profissionalismo e pelo notório carisma. E especialmente ao amigo Azemar Santos Soares Junior, figura imprescindível para a concepção desse trabalho, que veio a se tornar um novo irmão pela paciência, dedicação e honestidade com que nos tratou durante os momentos necessários à nossa orientação.

## RESUMO/ABSTRACT

### A PARAÍBA DURANTE OS ANOS DE REGIME MILITAR.

**SILVA, Antônio Justino.**

Esse trabalho tem por objetivo analisar as narrativas sobre o desenrolar dos acontecimentos históricos no estado da Paraíba durante a Ditadura Militar (1964-1985), principalmente no que se diz respeito às suas tramas políticas e a observâncias das forças sociais que participaram desse evento. No dia 12 de março de 1964, uma parte das Forças Armadas, comandadas pela elite do Exército Brasileiro, com o apoio dos grupos políticos de direita e de setores da sociedade civil, deram início a um golpe de estado civil-militar que depôs o governo democrático do então presidente João Goulart e instalou uma “Ditadura” que durou cerca de 21 anos. Esse foi um período histórico que marcou a trajetória política, econômica, jurídica e social do Brasil, destacando-se de forma infeliz na memória coletiva seus abusos e suas arbitrariedades. Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a temática. Para tanto, dialogamos com autores da História Política a exemplo de Carlos Fico (2004) e Monique Cittadino (2003).

**Palavras-chave:** Ditadura militar, política, Paraíba.

### THE PARAÍBA DURING THE YEARS OF MILITARY REGIME

**SILVA, Antônio Justino.**

This work aims to analyze the narratives on the conduct of historical events in the state of Paraíba during the military dictatorship (1964-1985), especially when it comes to their political plots and the observances of the social forces that participated in this event. On March 12, 1964, a part of the Armed Forces, led by the elite of the Brazilian Army, with the support of the political groups on the right and sectors of civil society, began a civil-military coup that ousted the government democratic the then president João Goulart and installed a "dictatorship" that lasted about 21 years. This was a historical period that marked the political, economic, legal and social trajectory of Brazil, highlighting the unfortunate way in the collective memory their abuses and their arbitrariness. This is a literature review on the topic. Therefore, we dialogue with authors of political history the example of Carlos Fico (2004) and Monique Cittadino (2003).

**Keywords:** Military dictatorship, politics, Paraíba.

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	4
RESUMO/ABSTRACT .....	
6	
Introdução .....	
7	
A Paraíba no período democrático 1945-1964 .....	8
O início das reivindicações no campo e o surgimento das ligas camponesas .....	
11	
Os antecedentes do golpe na paraíba: o governo Pedro Gondim .....	13
A Paraíba após 1964 .....	
17	
O Ato Institucional Nº5 na Paraíba .....	
20	
O governo Ernesto Geisel o processo de abertura política .....	
20	
Considerações finais .....	
23	
Referências .....	
24	

# HISTÓRIAS DE REPRESSÃO

## Um olhar sobre a Ditadura Militar da Paraíba (1964-1985)

### INTRODUÇÃO

Escrever sobre a história política da Paraíba num tempo de repressão, é sem dúvidas contribuir para a divulgação de uma leitura acerca do tema. Assim, apresentamos nesse trabalho de conclusão de curso uma releitura sobre a política paraibana durante os anos de repressão. É **objetivo** desse trabalho, discutir a produção sobre a ditadura militar produzida pelos historiadores paraibanos.

Segundo Carlos Fico (2004), com o passar dos anos e o relativo distanciamento temporal do golpe civil-militar no Brasil, a abordagem com que esse tema é encarado está se modificando, velhos conceitos e estereótipos vem sendo quebrados e substituídos por novas formas de enxergar esse período. De acordo com aquele autor, esse processo se dá tanto devido a uma pesquisa histórica factual de perfil profissional como também a um “desprendimento de correntes políticas”, onde ícones históricos ligados a imagem das esquerdas possam ser contestados sem que essas críticas assumam um valor reacionário e com isso outras ramificações temáticas podem ser abordadas, a saber: a pequena simpatia dos principais “atores” históricos do período em questão pela democracia, inclusive os ligados as camadas esquerdistas; as “alterações” de sentido, notadas principalmente após a Campanha da Anistia, onde as esquerdas revolucionárias que adotavam o discurso da luta armada se colocaram em outra postura; a da mobilização popular; o perfil historicamente instável do presidente João Goulart, que passa a ser observado como um possível golpista, quebrando a figura mitológica de um presidente reformista vitimado pelo golpe.

As visões mais tradicionalistas desse tema também estão sendo deixadas de lado, dando espaço a novas abordagens, como a ideia de que a tortura e a censura sistemáticas foram utilizadas apenas depois de 1968; a quebra da suposição pela qual os oficiais-generais não tinha conhecimentos nem possuíam responsabilidade pelos desaparecimentos e assassinatos do período; a impressão forçada de que os blocos de opressão eram um conjunto homogêneo; a classificação de uma força política tão complexa apenas em bloco dos ‘linha dura’ e bloco dos

“moderados”. Claramente percebemos uma nova forma de enxergar esse período, desmistificando vários paradoxos e tabus, de tal forma que Fico (2004: p. 30) informa: “Por tudo isso, podemos falar sobre uma nova fase de produção histórica sobre o período”. Não seria diferente nem deixaria de ser mais interessante fazermos uma sucinta análise sobre esse período no estado da Paraíba.

Em razão disso organizamos um texto linear onde em um primeiro momento procuramos trazer à tona os fatos que antecederam o contexto de 64 e as estruturas que originaram os contextos sociopolíticos que iremos tratar, com ênfase na relação entre governo e classes populares. Analisaremos o momento crítico de instauração de um novo modelo administrativo baseado no autoritarismo e na restrição das liberdades, modelo esse que impõe drasticamente um fim aos clamores e reivindicações dos movimentos camponeses na Paraíba. Em último momento será abordado a reação política e popular frente ao momento ímpar na História do país, onde o clamor popular põe fim a um modelo de Estado Autoritário que não possuía mais autoafirmação que o garantisse ou o consolidasse.

## A PARAÍBA NO PERÍODO DEMOCRÁTICO 1945-1964

Durante os anos de regime democrático, pós-Getúlio, que coincidentemente se iniciaram às vésperas do fim da II Grande Guerra, período no qual o mundo entrava em um novo panorama sociopolítico, o nordeste brasileiro vivia um período de intensa especulação econômica e de profundas mudanças sociais. No modelo de estado baseado na Constituição de 1946<sup>1</sup>, foram mantidas as principais bases conservadoras, acrescentados alguns aspectos que lhe garantiam um caráter liberal, como o voto universal e secreto e a manutenção da estrutura fundiária da terra. A estrutura sindicalista, ligada ao estado foi mantida, o que propiciava as condições ideais para práticas populistas, incentivadas pelo impulso de desenvolvimento da urbanização e pelo avanço do capitalismo no campo.

---

<sup>1</sup> Promulgada no governo do General Eurico Gaspar Dutra, estabelecida para substituir Constituição de caráter autoritário do Período Getúlio, que não mais era adequada para o Brasil naquele momento. Entre as novas regulamentações estavam a liberdade religiosa e de associação, o sigilo das correspondências, o princípio da igualdade perante a Lei entre outras medidas que representavam avanços democráticos

Nesse primeiro momento a Paraíba era governada por Trigueiro de Albuquerque e Melo. Foi a administração que deu início as reformas no modelo administrativo herdado do Estado Novo.

No entanto, as bases desse Populismo na Paraíba, já se encontravam estruturadas desde o ano de 1950. O então governador José Américo de Almeida (1951-1956) organizou uma estrutura administrativa suportada por recursos federais provenientes do segundo governo Vargas, trouxe para o lado do governo as bases do coronelismo paraibano (usineiros, latifundiários sertanejos e comerciantes de algodão). Essas medidas serviram para constituir suas bases de apoio vinculadas a UDN. Nesse mesmo tempo, Ruy Carneiro estruturava o PSD com o apoio dos coronéis opositores a UDN no sertão. O quadro partidário se concluía com o PTB, apoiado na figura de Argemiro de Figueiredo, que mantinha alianças com os dois lados. A política econômica populista era baseada no chamado Projeto Nacional Desenvolvimentista<sup>2</sup>. Na Paraíba esse projeto de intervenção estatal serviu para a reorientação e a diversificação das atividades econômicas. As usinas localizadas no Vale do Rio Mamanguape e Paraíba, garantiram a economia litorânea baseada na cana-de-açúcar, que direcionava a economia gerando empregos e renda, o que ocasionou o crescimento de núcleos agrícolas de subsistência em Espírito Santo, Camaratuba e São Rafael. O cultivo abacaxi se expandiu em Sapé e em Mari e o fumo como também o feijão (MELLO, 1994).

No entanto, neste momento, o movimento sindical na Paraíba vivia um certo ostracismo, limitado as próprias reivindicações corporativas, ainda sem se envolver em questões de cunho político, como era próprio do movimento no resto do país. Apenas o setor bancário mostrava certa estrutura e desempenhava um papel de maior destaque dentro do sindicalismo urbano, posteriormente acompanhado pelo Sindicato de Fiação e Tecelagem em Rio Tinto e Santa Rita.

Na década de 1960, um importante passo foi dado, a criação da Comissão Intersindical (COSINTRA), através dos esforços de vários presidentes de sindicatos pois tal instituição tinha como objetivo atender as reivindicações básicas dos sindicalistas. A surgimento desta entidade foi o passo fundamental para a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que a partir desse momento passava a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos de reivindicação e grevistas que viessem a surgir. Em Cabedelo através dos sindicatos de portuários e ferroviários, foi criado o Pacto de Unidade e Ação.

---

<sup>2</sup> Processo de desenvolvimento da economia brasileira, no período pós Segunda Guerra que incrementava políticas de desenvolvimento que garantissem os meios de integração a nova ordem econômica mundial que surgia naquele momento.

Esse avanço no movimento sindicalista foi acompanhado por atuações mais reivindicativas de entidades da sociedade civil, se destacando em primeiro plano os movimentos estudantis secundaristas e universitários que foram as primeiras vozes a se manifestar, sempre influenciados pelo PCB, como nos afirma José Octávio:

O momento de impulso para a dinâmica social da Paraíba sobreveio em 1961, por ocasião da campanha pela legalidade, (...) manifestações tiveram lugar no Ponto dos Cem Réis e no parque Sólon de Lucena, em João Pessoa, e no largo da sorveteria Flórida e Praça da Bandeira, em Campina Grande. Em João Pessoa a Resistência ao golpe estruturou-se em torno da Associação Paraibana de Imprensa, cujos autofalantes passaram a retransmitir proclamações da 'cadeia da legalidade'. (...) os estudantes esbanjavam vitalidade. Desde o primeiro governo Pedro Gondim (1958/60), o número de colégios de nível médio crescera rapidamente, o mesmo acontecendo com as unidades de ensino universitário localizadas em João pessoa, Campina Grande, Areia e Bananeiras. Com Base nesse contingente, diretórios acadêmicos e associações culturais, como cineclubes, grêmios literários e centros de oratória, passaram e denunciar as distorções da realidade brasileira. (...) foi porém na zona rural que as reivindicações sociais mais se desenvolveram na Paraíba no período 1961/64. Esta constituía até então, setor fechado a reivindicações sociais e políticas de carácter moderno. A diversidade da conjuntura, no entanto, ensejava oportunidade que foi prontamente aproveitada pelas esquerdas (MELLO, 1994: 201-212).

A Associação Paraibana de Imprensa também foi uma voz atuante num primeiro momento, particularmente quando passou a um comando mais progressista, quando foi presidida por Adalberto Barreto<sup>3</sup> (CITTADINO, 1998, p.75).

Uma outra fonte de atuação importantíssima para os movimentos esquerdistas foi a criação da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) que tinha como objetivo promover atividades de conscientização através da educação junto as camadas populares. Em um primeiro momento atuou na capital do estado, expandindo-se posteriormente para outras cidades do interior. Era formada principalmente por estudantes, profissionais da área de educação e assistentes sociais ligados a Juventude Universitária Católica (JUC). Participavam de seus conselhos deliberativos representantes dos movimentos estudantis, sindical, da Igreja, da API e até membros do movimento comunista, como o teatrólogo Paulo Pontes, responsável por uma vasta produção cultural como peças, musicais e folhetos informativos ligados aos interesses do movimento.

Porém apesar desses avanços nos movimentos sindical e popular, quem assumiu o

---

<sup>3</sup> Após o golpe sofreu uma caçada generalizada por parte dos militares, precisando da ajuda de amigos e parentes para sair escondido da cidade de João Pessoa. Era um dos jornalistas de esquerda mais atuantes daquele cenário.

comando das manifestações populares foi o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

## O INÍCIO DAS REIVINDICAÇÕES NO CAMPO E O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS

O contexto social que garantia a “paz” nas zonas camponesas paraibanas era definido pela dualidade de poderes entre o chamado Grupo da Várzea, composto principalmente pelas famílias Veloso Borges e Ribeiro Coutinho, e pelo Estado. Tinha como fator de fundamentação a exploração máxima do campesinato. Essa relação era regulada da seguinte maneira: o poderio estatal era representado nas zonas de latifúndio pela força policial (uma autoridade civil ou militar) que juridicamente deveria ser nomeada para servir e garantir a ordem pública, na verdade estava a serviço das oligarquias agrárias. O Grupo da Várzea então garantia a dominação oligárquica e legitimava o poder do Estado através do chamado curral eleitoral e do voto de “cabresto”.<sup>4</sup>

Na Paraíba principalmente no final da década de 1950, surgiram as discordâncias mais vorazes em relação a questão agrária, quando as relações de produção no interior do sistema latifundiário passaram por mudanças profundas, que ocasionaram a expropriação definitiva do campesinato e sua expulsão das terras. Esse foi o momento de surgimento das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, quando os trabalhadores começaram a se organizar em uma resistência sistemática.

Na Paraíba, a origem do movimento das Ligas está ligada ao rompimento com o localismo paroquial e o questionamento da estrutura de dominação em vigor, que era representada pelo relacionamento do poder estatal com a estrutura oligárquica do grupo da várzea e a própria mobilização dos trabalhadores, através de congressos e da influência das lutas no estado vizinho de Pernambuco (BENEVIDES, 1985, p. 32).

Passou a se estruturar na Paraíba nas periferias das grandes usinas. Os pequenos

---

<sup>4</sup> Sistema de manipulação eleitoral através da prática do “coronelismo”. Modelo de dominação oligárquica que teve seu auge nos anos da República Velha, onde um senhor de terras infligia às massas do campesinato sua preferência política através de força financeira, repressão, fraudes e violência. Modelo esse que permaneceu vigente nas relações de poder no estado nos períodos subsequentes e marcava na Paraíba momento em estudo a principal forma de disputa de apoio pelas forças políticas.

proprietários perdiam gradativamente terras para os usineiros, em virtude do avanço das grandes plantações monocultoras em detrimento da cultura de subsistência. A cidade de Sapé era o principal centro de concentração onde se polarizava essa massa de camponeses prejudicados pela expansão latifundiária. Desde os anos 40, essa expansão das culturas capitalistas como a pecuária, o açúcar, o abacaxi e o fumo desarticulava a antiga agricultura de subsistência e desalojava o pequeno agricultor.

A partir de então, sob a liderança do agrônomo e socialista Assis Lemos, começam a acontecer seguidas manifestações. A Liga Camponesa localizada na cidade de Sapé se torna a mais forte e importante do nordeste. Atraindo líderes provenientes de outros estados, como Francisco Julião e alcançando repercussão internacional. A localização geográfica do município era um fator facilitador para as atividades comerciais e para o escoamento da produção, a cidade localiza-se a apenas 70 quilômetros da capital do estado, João Pessoa. Com uma boa articulação rodoviária; era parada obrigatória para os viajantes que se destinavam a capital. Além de ter um processo de urbanização muito desenvolvido em relação a outras cidades do estado, sobretudo devido à presença do transporte ferroviário. Possuía uma feira que polarizava as atividades econômicas de pequeno porte das regiões circunvizinhas e era bastante movimentada. Esses aspectos permitiram um ambiente propício para a atuação e organização desses movimentos sociais.

A partir de Sapé as ligas se expandiram para a região litorânea, Mamanguape, Itapororoca, Rio Tinto, Pedras de Fogo, Santa Rita e na periferia de João Pessoa. Cidades do brejo também se tornaram berços do movimento: Areia, Remígio, Arara, Solânea e Bananeiras. No agreste: Guarabira, Mulungu, Araçagi e Mari foram os principais focos de agitação. (MELLO, 1994).

O movimento contava com o apoio da Igreja católica e também da Federação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba. Internamente o movimento se encontrava dividido em duas correntes: os moderados, que reivindicavam uma reforma agrária de acordo com a lei e os radicais, que pregavam uma reforma agrária “na marra”.

A reação contrária ao movimento aconteceu por parte da elite latifundiária e também de autoridades civis que tinham interesses prejudicados pelas reivindicações. Os latifundiários se organizaram através da APRA (Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba), foram organizadas ações de caráter paramilitar, para promover a desarticulação das ligas. Assis Lemos foi espancado na cidade de Itabaiana, e o líder João Pedro Teixeira foi assassinado no vale do Mamanguape.

O acontecimento mais trágico aconteceu no dia 15 de janeiro de 1964, quando na propriedade Olho D'água, partidários das ligas Camponesas sob a liderança do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari, Antonio Galdino da Silva, entraram em conflito com milicianos que seguiam o administrador da Usina São João, Fernando da Cruz Gouveia, gerando um saldo de 11 mortos e 4 feridos de acordo com estudos do jornalista e historiador Nelson Coelho<sup>5</sup>, em seu livro “*A Tragédia de Mari*”.

A repressão atingia as Ligas Camponesas duramente. Pressionado pelos interesses dos latifundiários e dos grupos de direita, o governo ocupou a cidade de Sapé com tropas do Exército e contingentes da Polícia Militar, prendendo várias lideranças do movimento. Essa posição inicial de desmembramento das Ligas Camponesas se consolidaria com a chegada dos militares ao poder, com o Golpe de 31 de março de 1964.

## OS ANTECEDENTES DO GOLPE NA PARAÍBA: O GOVERNO PEDRO GONDIM

O governo de Pedro Gondim representou o auge do Populismo<sup>6</sup> na Paraíba. Iniciado no ano de 1958, de forma interina, teve sua continuidade garantida através de eleições em 1960.

Durante o primeiro período de seu segundo mandato (1961-1965), Gondim se manteve fiel as práticas populistas que garantiram sua eleição. Frente ao avanço das mobilizações do campesinato que marcaram o início dos anos sessenta, assumiu uma postura de neutralidade sem, no entanto, apoiar abertamente os movimentos de caráter mais radicais. Em seus discursos sobre a questão agrária no Nordeste se notava uma aproximação com as reivindicações do campesinato, claramente consideradas legítimas pelo mesmo e a desaprovação do modelo vigente de dominação fundiária.

Ao julgar os conflitos mais severos envolvendo os interesses dos trabalhadores e dos proprietários de terra, sua atitude inicial era de aceitação da legitimação dos interesses das Ligas, não admitindo o uso da repressão e da violência contra o movimento. Com essa postura assumia a difícil posição de relativa imparcialidade, aguardando a resolução dos conflitos

---

<sup>5</sup> O Jornalista Nelson Coelho, foi testemunha ocular do episódio e em seu livro faz um relato detalhado dos acontecimentos daquele dia trágico.

<sup>6</sup> Significa um conjunto de práticas onde um governante estabelece um estreitamento da relação entre ele e o povo, através de medidas que visam consolidar o apoio dessas massas ao seu governo de forma direta, sem a mediação de entes políticos ou entidades de classes.

através de decisões judiciais. Porém, num momento como aquele, de tão grande efervescência social, deixar de atender de imediato aos interesses das camadas mais necessitadas era o mesmo que renegar esses direitos, levando em conta que no estado da Paraíba, a Justiça era manipulada pelos interesses das classes dominantes.

Mesmo assim, essa posição do governador a princípio evitou que no início de seu governo fosse usada a repressão policial contra o campesinato, o que não evitou a violência por parte dos proprietários de terras contra os trabalhadores. Essa atitude do governo de respeito a legislação, naquele momento representava um grande avanço institucional, em um ambiente político onde uma Justiça pautada na parcialidade era manipulada para defender os interesses das classes dominantes. Além disso, essa postura também garantia a manutenção de um espaço mínimo de expressão para as vozes discordantes.

Essa característica de arbitrar as camadas em conflito, era um reflexo da postura populista que o elegeu e uma herança dos embates da campanha eleitoral. O governo se encontrava acuado entre a crescente pressão causada pelas forças de esquerda e pelo aumento das movimentações camponesas, grupos esses que possuíam ligações fortes desde o período de campanha eleitoral e os compromissos adquiridos com os grupos latifundiários tradicionais do estado, dos quais conseguiu importante apoio para se eleger. Com tudo isso seu poder de mediação e conciliação era quase nulo. A prova disso estava na dificuldade em atingir um ponto de equilíbrio, demonstrada através dos discursos insatisfeitos de ambas as partes envolvidas no processo. Tanto os grupos de esquerda como os grupos de direita, ora mostravam-se “conformados”, ora mostravam-se extremamente insatisfeitos.

Apesar dessa situação relativamente ambígua e omissa em relação as questões mais cruciais, o governo Gondim, possuía a necessidade de atrair o apoio dos movimentos de esquerda, e em razão disso abriu espaço para as forças vinculadas a este movimento em seu governo. Dessa forma sempre ficou clara a posição do governo da aceitação das teses reformistas defendidas por esses grupos. Defendeu as chamadas reformas de base, sobretudo a reforma agrária, apesar de ter tomado poucas iniciativas administrativas e técnicas para implementá-las. O governo também apoiou a posse do presidente João Goulart, após o evento da renúncia de Jânio Quadros, aderindo ao movimento pela legalidade e apoiou a volta do presidencialismo do plebiscito realizado em 1963. Também tentou garantir ao estado as feições populistas através dos princípios reformistas e do nacional-desenvolvimentismo, dos quais era assíduo defensor.

A partir do final do ano de 1963, o crescente aumento da movimentação reformista

terminou por gerar um rompimento com o populismo praticado pelo governo Gondim. Alguns acontecimentos marcantes levaram a essa ruptura, entre eles: uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o descumprimento da Lei da Meia Passagem, fortemente reprimida pela polícia; a tragédia de Mari e a invasão da Faculdade de Direito.<sup>7</sup> Essas ocorrências levaram ao total esgotamento da relação entre o governo e as forças de esquerda, levando a inevitável ruptura com essas correntes e causando a aproximação definitiva com a classe conservadora.

Devemos observar essa posição do governo Gondim de acordo com as conjunturas populistas que o elegeram, assim como a tendência de seu mandato de atuar dentro dessa política. Pois, de um lado ele também havia recebido apoio político de partidos conservadores como a UDN, que naquela situação não possuía força política suficiente para eleger um candidato e acabou apelando para uma aliança, aceita por Gondim porque depois de sua saída do PSD, também não possuía uma máquina partidária sólida que garantisse totalmente sua candidatura e acabou aceitando essa união com os udenistas. Mas mesmo contando com o apoio de partidos de direita, Gondim não poderia se afastar do apoio das forças esquerdistas que se tornaram a base de sua campanha e acabaram por se tornar decisivas para a sua eleição e significativas no início de seu mandato. Então dentro dessa conjuntura, esse pacto antagônico progressivamente aumentou a pressão sobre o governo Gondim, tornando a manutenção do mesmo inviável e, conseqüentemente, o alinhamento político com as forças conservadoras.

Esse alinhamento ficou claro, nas conseqüências tomadas após os trágicos acontecimentos em Mari. Quando o governo, após as medidas formais de abertura dos inquéritos para o reconhecimento dos culpados, organiza um esquema de repressão às ações do campesinato. Naqueles locais onde a tensão era maior foi enviada uma força policial comandada por um Coronel chamado Luiz de Barros.<sup>8</sup> Também foram feitas alterações na estrutura policial, afim de promover uma aproximação entre o Estado e as Forças Armadas presentes na Paraíba. Logo após o acontecido em Mari e na Faculdade de Direito, ficou proibida qualquer forma de manifestação contestatória em João Pessoa ou em outras localidades. Essa mudança de postura do governo é um claro indicativo de um novo direcionamento político. Mais do que uma mera aproximação com os grupos de direita, se percebe um posicionamento do Governo,

---

<sup>7</sup> Liderada segundo relatos da imprensa da época, pelo deputado Joacil Pereira de Brito, a fim de expulsar da faculdade estudantes que protestavam contra a vinda de Carlos Lacerda a Paraíba.

<sup>8</sup> Era um dos oficiais mais repressores do regime, posteriormente conseguiu ser eleito deputado estadual.

antes mesmo do 31 de março, com os interesses das Forças Armadas dentro do Estado da Paraíba.

Enquanto o governo aparentava se alinhar com os ideais conservadores a nível nacional, as forças de direita se organizavam em ações que visavam neutralizar as mobilizações camponesas, antes mesmo de 1964. Foi o momento em que a APRA iniciou as atividades paramilitares de repressão ao campesinato.

A conjuntura das ações do golpe civil-militar na Paraíba, contou com um esforço conjunto de setores civis, membros da UDN, PSD, Forças Armadas e membros da imprensa ligados aos interesses direitistas. Apensar do alinhamento do governo Pedro Gondim com os interesses das Forças Armadas no Estado da Paraíba, com uma política agora vinculada aos interesses da direita, nada indica que o mesmo tenha tido algum tipo de participação no processo golpista. A posição do governo Gondim não assumia um caráter politicamente homogêneo, nem apresentava uma posição definida em relação a esse aspecto, dentro do governo parte de seu secretariado recomendava um rompimento com o governo federal e apoio ao golpe, enquanto outras forças políticas pressionavam pelo apoio a João Goulart.

No dia do golpe o governo foi procurado pelos militares para declarar sua posição, onde o governador apenas a declarou no dia seguinte na Assembleia Legislativa do Estado. Após perceber a irreversibilidade do golpe, os movimentos favoráveis a manutenção do governo Jango, praticamente sem reação, e diante da necessidade do aceite do golpe para sua sobrevivência política, foi divulgada pelo governo uma nota de apoio ao novo regime. A decisão de se alinhar ao movimento golpista garantiu a Pedro Gondim a manutenção da sua permanência frente ao governo do Estado. Provavelmente se esta decisão tivesse sido contrária, teria sido preso e deposto como aconteceu em outros casos. A partir desse momento se caracteriza a adesão do governo Pedro Gondim a “revolução”, de maneira absoluta e irremediável (CITTADINO, 1998: p. 100).

O golpe pegou de surpresa todo o movimento esquerdista na Paraíba. Na mesma noite do dia 31 de março após as notícias do golpe se difundirem, houve uma tentativa de comício, na cidade de João Pessoa no bairro de Cruz das Armas, organizado pelas forças esquerdistas, sobretudo o partido comunista e a Federação das Ligas Camponesas, dissolvido rapidamente pelas tropas federais. Tentativas de reação se desencadearam em outros lugares, como por exemplo em Rio Tinto, onde a Federação das Ligas, com o apoio do prefeito da cidade tomou uma fábrica de tecidos e isolou pontos da cidade com arame farpado, com a polícia dissolvendo rapidamente o movimento e prendendo o prefeito; em Sousa, o então prefeito

Antonio Mariz, realizou um comício em praça pública, também sendo preso pela Polícia Militar; em Campina Grande o prefeito Newton Rique deu declarações contrárias ao golpe, sendo imediatamente cassado.

A partir de então o golpe se estabeleceu na Paraíba, a API e a CEPLAR invadidas pelos militares e por civis engajados no golpe. As Ligas Camponesas totalmente dizimadas e a repressão nas zonas rurais sistematizadas pelo Exército e pela Polícia Militar com a participação de milícias organizadas pelos proprietários de terra. A sociedade civil apoiou de forma unânime o golpe, com a publicação de várias notas de apoio pela imprensa. O presidente da Assembleia Legislativa, Clóvis Bezerra, declara apoio ao golpe assim como a Câmara Municipal de João Pessoa. Começa o período de cassação de mandatos: na Assembleia Assis Lemos, Figueiredo Agra e Agassiz Almeida e em João Pessoa Antonio Augusto Arroxelas, José da Silva Gomes e Leonardo Leal. O setor estudantil começou a ser perseguido drasticamente, as direções das entidades estudantis secundaristas e universitárias sofreram intervenções e também perseguições aos professores universitários taxados de simpatizantes dos movimentos depositos.

## A PARAÍBA APÓS 1964

A partir de 1964, a política local na Paraíba, nos limites permitidos pelo autoritarismo do governo Castelo Branco iniciava a as conjunturas visando a campanha de sucessão governamental. Onde as eleições marcadas para outubro de 1965 seriam as últimas dentro do sistema pluripartidário, como seriam as últimas diretas pelos próximos 17 anos. O governador e seu partido PDC (Partido Democrata Cristão) se alinhavam com o esquema da UDN de onde naturalmente sairia a indicação do candidato. Em junho de 1965, após algumas tentativas de inviabilização, numa reunião no Diretório Regional da UDN, foi aprovada a candidatura de João Agripino para governador do estado, onde foi indicado para vice o nome de Sílvio Porto, gerando o descontentamento do PDC, que desejava o nome de Severino Cabral. A chapa oposicionista era composta pelo senador Ruy Carneiro e Argemiro de Figueiredo, que eram nomes muito fortes dentro do quadro político da época, gerando um grande mal-estar dentro da chapa situacionista que culminou com a renúncia de Sílvio Porto, sendo finalmente substituído por Severino Cabral.

O nome de Agripino, durante a campanha possuía uma enorme aceitação entre a classe estudantil, mas em contrapartida era rejeitado pelas classes de trabalhadores urbanos

sindicalizados bem como nas áreas antes dominadas pelas Ligas Camponesas (seu maior eleitorado nas eleições para deputado), devido ao fato de seu nome estar vinculado ao estado autoritário, responsável pela sistemática da pressão pós-golpe. (CITTADINO, 2006).

O resultado das eleições não foi satisfatório para o Regime Militar. A Linha Dura não aceitava a derrota em dois dos principais estados da nação: Minas Gerais elegendo Israel Pinheiro e Negrão de Lima no estado da Guanabara. O resultado foi uma crise que culminou pela decretação do AI-2, que entre outras medidas extinguiu todos os partidos políticos e estabelecia o bipartidarismo na nação. E com a aproximação do restante das eleições para governadores, naqueles estados onde não aconteceram em outubro de 1965, no início de fevereiro de 1966, o governo decretou o AI-3 que estabelecia as eleições indiretas para o executivo estadual, bem como a nomeação dos prefeitos das capitais e dos principais municípios pelos governadores.

De imediato começaram as articulações para a formação dos novos partidos. Na Paraíba, a formação da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido do governo ficou a cargo do recém eleito João Agripino. Uma comissão foi criada para arregimentar os novos membros, como os partidários da UDN, PDC, PL, PSP e os dissidentes do PTB, PSD, PSB e PR. O partido da situação na Paraíba possuía assim suas principais bases provenientes da política da UDN. A primeiro momento, o partido do governo passou a congrega a maioria dos representantes no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa.

A organização da oposição ficou a cargo de nomes como Ruy Carneiro e Humberto Lucena, e a formação das fileiras do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), na Paraíba ficou definido mais por disputas partidárias do que pelo próprio sentido de oposição como nos relata CITTADINO (2006, p.309): “O critério de filiação ao partido oposicionista foi definido muito mais em função envolvendo as disputas locais pelos espaços de atuação política do que por um real sentido de oposição, seja ao governo estadual, seja ao governo federal.”

Nesse contexto participar do partido do governo se tornava bem mais cômodo, fato que repercutiu nas eleições para o legislativo. O governo perdeu a eleição para senador, saindo vitorioso Ruy Carneiro pelo MDB, porém o partido governista fez a grande maioria na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. Fato esse que somou a Paraíba ao restante do Nordeste que consolidara o apoio ao Estado Autoritário, o que ele necessitava para aprofundar seu perfil antidemocrático.

A Paraíba acompanhou as mobilizações populares contra o regime que começaram no ano de 1968. Após a morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, os atritos entre

manifestantes e a polícia se tornaram cada vez mais violentos. Esse fato também foi o causador dos primeiros combates em território paraibano, entre estudantes e as forças repressivas.

Em face as notícias provenientes do sul do país, que apontavam a radicalização das manifestações o governo publicou nota no dia 3 de abril daquele ano, que proibia qualquer tipo de manifestação, passeata ou comício na Paraíba. Nesse mesmo dia foram realizados comícios relâmpagos em Campina Grande e João Pessoa, e uma missa com a participação de mais de dois mil estudantes em memória do estudante Edson Luís, seguindo em passeata logo após as celebrações, o encontro com a polícia nesse gerou algumas prisões, porém não havendo maiores repercussões.

As manifestações se intensificaram e com elas a repressão da polícia, em várias ocasiões se deram notícias de disparos da PM contra os estudantes. No dia seis de abril houve uma intensa manifestação que começou no Parque Solón de Lucena, que se tornou verdadeira praça de guerra, em seguida os manifestantes dirigiram-se para a Praça João Pessoa em frente ao Palácio da Redenção, tentando depredá-lo, a repressão da polícia foi violentíssima, atingindo até pessoas que não participavam do protesto. Como retaliação o centro da cidade foi tomado por tropas da PM, o Restaurante Universitário foi Interditado e a via de acesso a Cidade Universitária. (CITTADINO, 2006).

Em outubro aconteceu a queda do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado clandestinamente em Ibiúna-SP, onde se deu a prisão da delegação paraibana. Esse fato foi o responsável pelos combates em sua dimensão mais expressiva. No dia 23 de outubro aconteceu uma passeata, que foi interrompida, pela Polícia Militar e por tropas do Exército. Nos dias seguintes, violentos choques aconteceram principalmente no centro da cidade de João Pessoa, comícios relâmpagos, apedrejamento de policiais, veículos depredados, eram as ações dos manifestantes, que faziam a polícia reagir com truculência, que atingia não só os manifestantes como alguns jornalistas que relatavam o movimento e transeuntes que nada tinha a ver com a manifestação.

Esse fato continuou gerando um imenso mal estar entre o governo e os manifestantes. O governador João Agripino, em seus pronunciamentos tentava assumir a responsabilidade pela libertação dos estudantes paraibanos em São Paulo, entretanto a versão divulgada pelo movimento estudantil negava tal afirmação.

A repressão por parte do governo aumentava, o Clube dos Estudantes de João Pessoa e de Campina grande foi desalojado a força e a tentativa de ocupação da Faculdade de Filosofia na capital pelos estudantes foi reprimida com enorme violência. A polícia apertava o cerco

contra jornalistas, políticos e líderes de movimentos sociais. A imprensa cada vez mais era sufocada e impedia de noticiar qualquer fato que fosse considerado prejudicial pelo sistema.

(MELLO, 1994).

## O ATO INSTITUCIONAL Nº5 NA PARAÍBA

O AI-5 representou os dias mais difíceis de todo o Estado Autoritário. Ele significava o desfecho do embate no interior das Forças Armadas, estabelecendo a hegemonia da ala radical. Com ele, o Autoritarismo definiu seu perfil, o aprofundamento da repressão foi consolidado e foram extintas as poucas brechas democráticas admitidas no governo Castelo Branco.

A partir de 1964, a repressão na Paraíba, atingiu setores que sua organização e mobilização não incidiam de forma aguda na política paraibana, como por exemplo alguns líderes das Ligas Camponesas e alguns jornalistas. O setor camponês havia sido a alvo imediato no pós-64, com um nível excessivo de repressão, que impediu a sua posterior reorganização.

A oposição estava centralizada sobretudo nas mãos do movimento estudantil e alguns grupos políticos que haviam sido atingidos ou prejudicados em seus interesses. A princípio as cassações na Paraíba, atingiram as forças políticas ligadas ao ex-governador Pedro Gondim, e a seus aliados mais próximos que eram taxados de populistas e haviam sido poupados em 1964 por sua proximidade a UDN.

Inicialmente foram cassados o próprio Pedro Gondim (mesmo sendo pertencente a ARENA), Osmar de Aquino e Vital do Rego em fevereiro. Em 12 de março outros deputados ligados ao governo também tiveram seus nomes incluídos na lista e suspensos seus direitos políticos por dez anos: Sílvio Porto, Robson Duarte Espínola, Francisco Souto Neto e Romeu Gonçalves de Abrantes. (CITTADINO, 2006).

O próprio governador João Agripino que sempre mostrara certa independência em relação aos militares devido a sua influência, agora incorporava integralmente o discurso das forças dominantes. Era o início da fase mais intensa do autoritarismo militar no Brasil.

## O GOVERNO ERNESTO GEISEL O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA

Com a chegada do General Presidente Ernesto Geisel ao comando da nação (1974-1979), a Ditadura Militar, entrava em uma nova fase política, de abertura rumo a um contexto democrático. O processo denominado pelo próprio presidente como “lento, gradual e seguro”, que era marcado pelo início do desmantelamento dos mecanismos repressivos e pelo aumento da participação da oposição no cenário político. Geisel preparou as condições para a garantia do estabelecimento dessa “abertura”, implantada (apesar da oposição dos grupos contrários), no governo do General Figueiredo (1979/85). No governo de Figueiredo, o país voltou ao pluripartidarismo, foi decretada a Lei de Anistia e se iniciou o processo de reorganização da sociedade civil.

Foram realizadas novas eleições no ano de 1978. Que foram disputadas sob mecanismos que visavam barrar o crescimento da oposição, criados pela Lei Falcão.<sup>9</sup> Os resultados mostraram o total esgotamento político do estado autoritário, a ARENA só conseguiu se garantir devido aos resultados obtidos no nordeste, região onde as práticas clientelistas estavam mais arraigadas.

Na Paraíba as eleições de 1978, serviram para gerar um “racha”, dentro do partido do governo. Disputas em torno da candidatura de Antonio Mariz ao governo do estado fizeram com que o mesmo rompesse com o grupo “agripinista” e fosse apoiar os grupos de oposição. O MDB foi o grande beneficiado com essas disputas, conseguindo eleger Humberto Lucena como senador.

O êxito do MDB no processo eleitoral de 78, ocorreu muito mais pela fragilidade da coalizão do partido governista, do que por um sentimento de oposição por parte da população paraibana em relação ao estado autoritário. A renovação dos quadros legislativos nos níveis estaduais e também federais, não possuía uma maior significância do ponto de vista político ou até mesmo ideológico (CITTADINO, 2006).

Os partidos oficiais foram extintos em 1979 e reestabelecido novamente o pluripartidarismo. As primeiras eleições dentro desse novo quadro foram as de 1982. Mesmo dentro desse novo contexto, a campanha pelo governo estadual se enquadrava entre o perfil dos anos anteriores, com o PDS e o PMDB polarizando disputa. O uso da máquina governamental no processo eleitoral foi decisivo para a vitória do candidato do governo Wilson Braga. Nomeações, uso das repartições estatais como forma de captação de votos como também do

---

<sup>9</sup> Criada no ano de 1976, possuía o objetivo de limitar a propaganda eleitoral no país através de um sistema que igualava os tempos dos candidatos no rádio e televisão, no entanto na prática não funcionava e levava os candidatos do governo a levar vantagem sobre os opositoristas.

jornal A UNIÃO. Além da manipulação da estrutura do governo paraibano, as eleições de 1982 serviram para o surgimento de uma forma de governo aproximada dos modelos populistas, e que marcaria a administração paraibana durante a década de 80. Jose Octávio, nos faz o seguinte comentário sobre esse aspecto:

Como reflexo dos acontecimentos nacionais, o quadro partidário experimenta reformulações, após a posse de Wilson Braga, como governador do Estado, em março de 1993. Seguindo tradição mediante a qual os governadores elegem sucessores com os quais rompem, o novo governador não tardou em afastar-se do já então deputado Tarcísio Burity. Este ficou sem espaço. Wilson, embora ex-partidário do ministro da Guerra e malufista, aproximou-se do Planalto, capturando as legendas PDS e PFL. Ao ex-governador Burity, cujos partidários foram desalojados dos cargos federais e estadual, restou incorporar-se ao PTB, como legenda de pequena expressão. Do lado das oposições. O PMDB fragmentou-se. Como representasse frente político social, mais que partido, dele desgarraram-se as organizações de esquerda PC do B e PCB, além da igreja progressista do arcebispo Dom José Maria Pires e bispo auxiliar Dom Marcelo Carvalheira, bem como áreas da Universidade Federal, Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Paraibana de Imprensa. Para Dom José, ante o retorno do pluripartidarismo, a Igreja deveria retomar a missão evangélica, com a atividade política reservada aos políticos. A Arquidiocese desembarçou-se, então, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e construiu seu próprio centro. Pela mesma época, lideranças esquerdistas incrustadas no PMDB transferiram-se para o PT e PCB. Como fisionomia própria, o PC do B disputou com o PT o controle das associações universitárias ADUF, AFUF E DCE. A natureza da abertura política nacional dos anos oitenta condicionou o comportamento do PMDB da Paraíba, a agremiação humbertista compôs-se com dissidência militar para chegar ao Palácio da Redenção com Tarcísio Burity, em 1986. Pouco depois, os peemedebistas Ronaldo Cunha Lima e Antonio Mariz celebravam alianças com oligarquias e segmentos conservadores para alcançar o governo, em 1990 e 94. Como resultado, o Antonio Mariz de 1994 não era o mesmo de 1978 e 92 quando se rebelou contra o estado dos militares e oligarquias. (MELLO, 2010, 161-164)

No ano de 1986, durante o surgimento da chamada “Nova República”, o partido do governo (PMDB) e partido do também novo presidente José Sarney, gozava de momentâneo prestígio e popularidade devido as medidas de estabilização econômicas provenientes do Plano Cruzado. Em razão disso conquistara uma expressiva vitória nas eleições, conseguindo 22 governos estaduais, 44 cadeiras no Senado e 260 na Câmara Federal. Na Paraíba, a campanha se polarizou entre a Coligação Democrática e Popular (PMDB, PC do B, PCB e PSB) liderada por Tarcísio Burity e a Aliança Trabalhista Liberal (PDS, PFL, PTB, PDC e PMB), de Marcondes Gadelha. A vitória do PMDB foi determinada por alguns fatores, como a popularidade alcançada pelo governo Sarney (devido a estabilidade econômica momentânea gerada pelo Plano Cruzado), e o fato do candidato Tarcísio Burity ser o homem cotado para se opor ao “braguismo”. A divulgação pela mídia de constantes atos de corrupção contribuiu concretamente para a efetivação da vitória governista. A grande maioria alcançada na Câmara

dos Deputados e na Assembleia Legislativa consolidou a hegemonia do PMDB na Paraíba naquele momento, que deve ser percebida como algo mais do que alterações na estrutura de poder local. São alterações que diante das modificações na estrutura de poder nacional, as elites estaduais promoveram para se garantir no poder. A maioria dos parlamentares eleito mostrava claramente sua ligação aos mesmo setores oligárquicos tradicionais do estado, se tornando seus representantes nessas eleições. (CITTADINO, 1995). Esse foi o quadro político no qual a Paraíba ingressou na década de 1990.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto político paraibano caracteriza-se pela permanência das elites no poder. Até mesmo quando ocorreram mudanças no sistema político, a grande parte desses setores consegue se adaptar ao novo regime que se implanta. Outra característica da política paraibana é a dependência de benfeitorias e apadrinhamentos do Estado para que essas lideranças se mantenham no poder. Geralmente, um político que não detém o controle da máquina estatal, tende a cair no ostracismo e esse quadro pouco se modificou nos dias atuais. Porém, esta relação controle da máquina e vitórias eleitorais não se estabeleceu de maneira mecânica. Em alguns momentos, o controle da máquina não assegurou a manutenção do poder. Os êxitos das oposições não significaram em nenhuma hipótese alterações substanciais na estrutura de poder, porque na grande parte dos casos essas oposições eram apenas dissidências intra-elites. Sendo que o monopólio do poder pelas elites provenientes da Revolução de 1930, só encontrou um desafio mais sério no início dos anos 60, quando estas elites precisaram recorrer à força das armas para conterem segmentos populistas que tendiam para posições esquerdistas (MELLO, 2001: 121).

Entretanto, mesmo que a supremacia Estado sobre a sociedade civil seja uma das principais características da estrutura de poder na Paraíba, não significa que esta seja algo imutável. Pois, apesar da repressão do aparato estatal, ela manifestou-se e chegou a contestar de forma veemente o sistema, como relatamos aqui nos momentos que antecederam o 31 de março 1964. Neste momento, no âmbito da sociedade civil, se destacaram na luta por transformações sociais no Estado da Paraíba, entre outros, a Associação Paraibana de Imprensa (API), o movimento sindical, o movimento estudantil e, principalmente, o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

## REFERÊNCIAS

---

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CITADINO, Monique. **O golpe de 1964 e a instalação da repressão na Paraíba**. João Pessoa: Ideia, 1995.

\_\_\_\_\_. **Poder local e Ditadura Militar: O governo João Agripino na Paraíba (1965-1971)**. Bauru: EDUSC, 2006.

\_\_\_\_\_. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba. (1945/1964)**. João Pessoa: Universitária/UFPB/Idéias, 1998.

COELHO, Nelson. **A tragédia de Mari**. João Pessoa: Ideia, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004, p. 29-60.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder: O (P)MDB na Paraíba 1965/1999**. Campina Grande: EUEPB, 2010.

\_\_\_\_\_. **História da Paraíba: Lutas e Resistência**. João Pessoa: A União, 1994.

MELO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste. O Caso da Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2001.